



DOSSIÊ FORMAS ESTATAIS DE CONTENÇÃO DA VIOLÊNCIA, PUNITIVISMO E ELEIÇÕES

Texto recebido em 03/12/2025

Aprovado em 12/02/2026

doi: 10.11606/0103-2070.ts.2026.243465

Policialismo e eleições municipais de 2024

Fabia Berlatto

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil
<http://orcid.org/0000-0002-9418-1652>

Nilton Sainz

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
<http://orcid.org/0000-0002-3957-2714>

Gabriela Spanghero Lotta

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil
<http://orcid.org/0000-0003-2801-1628>

Introdução

Nas eleições municipais de 2024, candidatos com origem nas forças de segurança do Estado disputaram prefeituras em todo o Brasil. Sendo a segurança pública uma política pública de competência municipal limitada e compartilhada, como esses candidatos articularam seu capital institucional em propostas de campanha? Os programas de governo dos eleitos das forças de segurança apresentam perfis discursivos semelhantes ou distintos dos seus oponentes civis não eleitos no que diz respeito à segurança pública no nível municipal?

O Brasil tem testemunhado a entrada sistemática de membros das forças de segurança do Estado – Forças Armadas, Polícias Militares, Bombeiros Militares, Polícias Civis e Polícia Federal – na arena eleitoral. Desde 2012, as candidaturas de agentes das forças de segurança do Estado representam aproximadamente 1,5% do total de registros em eleições municipais no Brasil. Em 2024, foram quase 7 mil nomes, 856 foram eleitos (taxa de sucesso de 12%, aproximadamente), incluindo 759 vereadores, 55 prefeitos e 45 vice-prefeitos, o maior número desde 2012 (Andrade, 2024). O perfil médio desse candidato é predominantemente masculino, negro, com ensino superior e filiação a partidos de direita como PL, Progressistas, Republicanos, União Brasil e MDB (Instituto Sou da Paz, 2024).

O Instituto Sou da Paz (2021) cunhou o termo *policialismo* para designar esse fenômeno político. Inicialmente interpretado como conjuntural, ele se consolidou como tendência estável no sistema político nacional, com implicações para o debate público sobre segurança e para os contornos da democracia brasileira (Berlatto *et al.*, 2016; Instituto Sou da Paz, 2021; Plácido & Gallo, 2022; David *et al.*, 2023). Segundo o Instituto Sou da Paz, o perfil desse candidato se distingue por três características: (1) identidade profissional fortemente militarizada, com uso de vocabulário bélico, por exemplo, de “guerra ao crime”; (2) capital simbólico baseado no monopólio legítimo da força; e (3) conversão direta de credenciais profissionais em propostas políticas. Ou seja, a expertise técnica, as redes sociais corporativas, a identidade ligada à função, o reconhecimento e a confiança pública tendem a ser convertidos diretamente em plataforma política, muitas vezes sem adaptação às possibilidades do cargo (Instituto Sou da Paz, 2021, 2024). Berlatto *et al.* (2016) também enfatizam a importância do acionamento da autovalorização profissional, a atuação em contextos de risco, a visibilidade social e retórica da “guerra ao crime”, como instrumentos de legitimação política, o motor do *policialismo*. Neste artigo, nós nos referimos a esse movimento como conversão de capital institucional em capital político.

Santos e Almeida (2021) mostram que parlamentares com origem nas forças de segurança compartilham identidade profissional e agenda punitivista, com comportamentos que variam entre ênfase repressiva e valorização corporativa. Esse perfil reflete a lógica organizacional das próprias corporações, que atuam como atores políticos coletivos, influenciando agendas governamentais, bloqueando reformas estruturais e direcionando recursos para demandas internas – salários, carreira, autonomia operacional, em detrimento de políticas baseadas em prevenção e controle democrático. Essa dinâmica produz um descompasso entre problemas públicos complexos e respostas estatais capturadas por lógicas corporativas, reforçando padrões de militarização e baixa *accountability* (Cano, 2011; Mizoguchi, 2017; Lima e Sinhoretto, 2020).

Essa captura corporativa encontra sua expressão legislativa mais sistemática na Bancada da Bala. Na 55ª Legislatura, a Bancada era composta por vinte deputados com origem nas forças de segurança, seis delegados de polícia civil e três delegados federais, além de dois oficiais das Forças Armadas (Miranda, 2019). Miranda identifica que “grande parte da bancada apresentou um perfil fortemente corporativo em prol de profissões ligadas à segurança” (2019, p. 13), com forte concentração de seus deputados na Comissão de Segurança Pública e em comissões temporárias afins e elevada produção legislativa voltada ao endurecimento da legislação penal e à direção da política de segurança para um paradigma repressivo e militarizado. Trata-se, portanto, de uma evidência comportamental de rigidez programática: a agenda tende a

se concentrar em projetos de valorização corporativa (equipamentos, prerrogativas, estrutura institucional) sem expansão para outras pautas. A literatura sobre a Bancada da Bala identifica, assim, um léxico bélico centrado em ordem, disciplina e autoridade moral, que estrutura o discurso desses atores e informa propostas de endurecimento penal e expansão do aparato policial (Faganello, 2015; Miranda, 2019; Santos, 2024). Uma expressão, portanto, da conversão de capital institucional em capital político.

As estratégias discursivas da Bancada da Bala permitem examinar como os valores e repertórios da segurança pública militarizada se institucionalizam e se reproduzem em arenas distintas. Funcionam como usina simbólica e programática cujos produtos transbordam do Legislativo para campanhas locais, contribuindo para a legitimação eleitoral de candidatos oriundos das forças de segurança e para a homogeneização da linguagem da segurança pública no plano municipal, uma dimensão central para o foco deste artigo. Outros estudos evidenciam a evolução desse repertório, de rejeição explícita aos direitos humanos nos anos 1980 para sua apropriação estratégica por parlamentares conservadores, mantendo a lógica da guerra como matriz discursiva (Novello, 2018; Novello e Alvarez, 2022). Essa moldura moral binária – entre bem e mal – organiza narrativas sobre crime e segurança e legitima soluções repressivas.

Tal moldura opera também fora do campo estritamente político-partidário. Uma via paralela de expansão dessa agenda é a religião. Uchoa (2023) identificou um mecanismo de acumulação de capital político mediado por igrejas neopentecostais. A homologia estrutural entre corporações policiais e essas igrejas – organizadas ambas em torno de hierarquia, missão sagrada e combate ao mal – produz uma identidade coletiva em que a violência institucional é ressignificada como vocação divina. Essa captura simbólica não apenas reforça a adesão dos policiais a pautas autoritárias, como os insere em redes de mobilização religiosa com alcance eleitoral próprio. O capital institucional do policial-candidato apresenta-se, assim, em dois registros sobrepostos: o da competência técnico-corporativa, que mobiliza demandas por valorização de efetivo, equipamentos e salários; e o da autoridade moral-religiosa, que enquadra o combate ao crime como cruzada contra o mal e amplia seu apelo para além do eleitorado diretamente vinculado às corporações de segurança. O registro da autoridade moral e religiosa, no entanto, extrapola o escopo da análise programática aqui realizada.

Em termos de filiação partidária, David *et al.* (2023) identificam uma trajetória de reorganização estratégica dentro do espectro da direita durante as eleições de 2018, 2020 e 2022. Os autores observaram um deslocamento das candidaturas militares dos pequenos partidos de direita e legendas fisiológicas para os grandes partidos da mesma matriz ideológica. Esse movimento resultou de uma aproximação mútua: os grandes partidos tornaram-se mais receptivos aos candidatos militares, buscando ca-

pitalizar a onda militarizante de 2018. Os próprios candidatos, por sua vez, passaram a calcular que estruturas partidárias mais consolidadas ofereciam maiores recursos e chances eleitorais, especialmente no nível municipal. Não se examinou, contudo, como a ideologia modera ou amplifica os efeitos do pertencimento institucional na formulação de propostas para a segurança pública.

Se os partidos de direita funcionaram como amplificadores do capital institucional policial, o movimento inverso também ocorre, com lógicas partidárias e ideológicas penetrando no interior das corporações e se manifestando sobre o fenômeno da violência. Novaes (2023) identificou correlação entre a eleição de candidatos policiais para câmaras municipais e o incremento da letalidade violenta. Em contextos com maior penetração eleitoral desse perfil, o acréscimo chegou a catorze homicídios por 100 mil habitantes. O mecanismo opera pela legitimação institucional de narrativas punitivistas, que, ao serem amplificadas por representantes eleitos, funcionaram como sinalizadores de tolerância política ao uso excessivo da força, estimulando condutas mais violentas entre policiais em atividade.

Esses efeitos domésticos ganham inteligibilidade adicional quando inseridos no contexto regional mais amplo em que a segurança pública se tornou moeda política relevante. Ao analisar eleições presidenciais latino-americanas, Uang (2013) mostrou que, apesar de o crime e a violência serem preocupação central para eleitores da região, candidaturas com *background* policial ou militar não produzem rendimento eleitoral automático, necessitando de outras condições para obter credibilidade, entre elas o equilíbrio entre segurança e outros temas, inclusive de direitos humanos. Breda (2025) documenta como o populismo punitivo inspirado no modelo salvadorenho de Bukele se disseminou pela América Latina em pelo menos três modalidades: oposições que o mobilizam para atacar governos por ineficiência, candidatos que se autodenominam os “Bukeles” de seus países, e governantes que o adotam para conter a crítica pública à insegurança. Nas eleições de 2023 no Paraguai, Equador, Guatemala e Argentina, candidatos que ancoraram suas campanhas nessa retórica não chegaram ao poder, mas o discurso demonstrou capacidade de acumular votos e contaminar o segundo turno. O risco democrático, argumenta Breda, não está apenas na implementação das medidas, mas na disseminação da ideia de que somente a suspensão de direitos e a militarização das sociedades podem resolver a violência. Para o caso brasileiro, Berlatto *et al.* (2016) e Turner (2024) apontam que eleitores associam o candidato policial menos ao combate direto à criminalidade do que a uma imagem difusa de ordem e estabilidade, forjada em contextos de escândalos de corrupção e insegurança.

Esses estudos, contudo, operam no plano do perfil e da atuação dos eleitos, das percepções e comportamento eleitorais, sem examinar o conteúdo dos programas

de governo, documentos exemplares de como os agentes das forças de segurança do Estado convertem seu capital institucional (competência técnica, prestígio corporativo, domínio da linguagem organizacional da segurança pública) em capital político. Outra contribuição do artigo é verificar como o capital institucional e a ideologia se articulam nas propostas de governo sobre segurança pública no nível municipal.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A seção 2 apresenta o desenho de pesquisa e a metodologia. A seção 3 analisa os padrões discursivos dos programas de governo. A seção 4 ilustra qualitativamente os achados quantitativos. A seção 5 apresenta as considerações finais. O Anexo contém a listagem dos candidatos e seu perfil sociodemográfico e os padrões dos enquadramentos discursivos estabelecidos.

Desenho de pesquisa e metodologia

A pesquisa adota um desenho de caso-controle pareado, comparando programas de governo de prefeitos eleitos oriundos das forças de segurança do Estado (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e Forças Armadas) com os de seus oponentes civis não eleitos nas eleições municipais brasileiras de 2024. Para cada candidato policial eleito, foram identificados os adversários do mesmo município como grupo de controle, estratégia que busca isolar o efeito da origem profissional sobre o conteúdo programático, minimizando interferências de fatores contextuais como região, porte populacional e estrutura socioeconômica local.

Os programas de governo foram obtidos via coleta automatizada no repositório público do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Do total de 104 candidatos identificados, 102 programas foram processados com sucesso¹. A unidade mínima de análise foi o parágrafo, produzindo um *corpus* inicial de 5.673 trechos distribuídos pelos 102 documentos.

A classificação dos parágrafos empregou triangulação entre métodos computacionais e validação humana, organizada em torno de uma taxonomia de seis dimensões de capacidade estatal em segurança pública municipal: *Guarda Municipal*, *Logístico-Informacional*, *Organizacional-Governança*, *Coercitiva-Operacional*, *Preventiva-Participativa* e *Proteção de Direitos*². Cada dimensão foi operacionalizada por meio de dicionários temáticos, contendo termos-chave e exemplos de políticas

1. Um arquivo foi descartado por ausência de conteúdo substantivo (apenas um parágrafo genérico), e outro por inexistência do arquivo no sistema no momento da coleta.
2. O Anexo apresenta quadro de elaboração das seis categorias discursivas.

municipais, estabelecendo um vocabulário de referência para a detecção automatizada dos padrões discursivos.

A classificação automatizada combinou busca por dicionário, modelagem de tópicos via BERTopic com *embeddings* contextuais do modelo BERTimbau e cálculo de similaridade semântica entre parágrafos e centroides de cada dimensão. Todo o material pré-classificado foi submetido a leitura e validação humana integral, com reatribuição de categorias quando necessário e registro de classificações múltiplas para parágrafos multidimensionais.

A amostra de análise final derivada desse processo compreende 74 candidaturas válidas, resultantes da interseção entre os programas de governo com conteúdo suficiente e as disputas municipais nas quais houve vitória de um candidato oriundo das forças de segurança. O grupo de casos é formado por 24 prefeitos eleitos com trajetória profissional nas forças de segurança, enquanto o grupo de controle reúne 50 adversários civis não eleitos que concorreram nos mesmos municípios, preservando o pareamento contextual e eleitoral. O resultado foi um corpus validado de 307 parágrafos e 456 codificações, uma razão de 1,48 categoria por parágrafo.

A análise das ênfases discursivas combinou frequência ponderada de termos (TF-IDF) e *embeddings* neurais (BERTimbau), integrados em um *score* híbrido padronizado para cada dimensão. Ao nível do candidato, calculou-se a média dos *scores* de todos os parágrafos atribuídos a cada indivíduo, resultando em seis índices contínuos de ênfase discursiva. Com o objetivo de identificar padrões estruturais e a distribuição dessas ênfases no espaço político, aplicou-se a técnica de agrupamento (clusterização) K-means sobre o conjunto dos seis indicadores. As comparações entre os grupos resultantes e demais categorias utilizaram Anova fatorial 2x2, a fim de examinar efeitos principais e interações entre as variáveis. Para as análises envolvendo variáveis categóricas, empregou-se o teste Qui-Quadrado de independência, com cálculo do V de Cramér como medida de tamanho de efeito. A classificação ideológica dos partidos seguiu a proposta de Bolognesi *et al.* (2023).

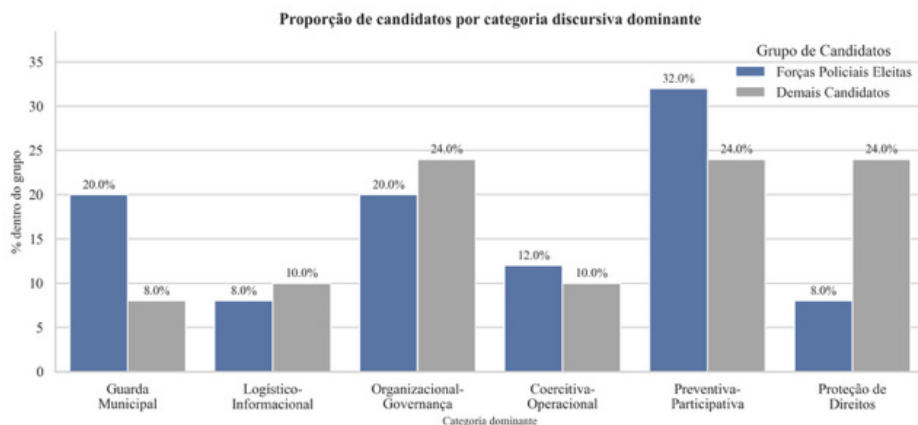
Análise dos padrões discursivos dos programas de governo

Esta seção apresenta as análises quantitativas dos padrões discursivos identificados nos programas de governo. A sequência organiza-se em quatro movimentos: (1) distribuição proporcional das seis categorias entre eleitos e não eleitos, identificando as hierarquias temáticas internas a cada grupo em valores percentuais; (2) comparação da intensidade semântica das categorias entre os grupos; (3) modulação ideológica dos perfis discursivos; e (4) distribuição dos candidatos no espaço discursivo por meio de clusterização e análise de componentes principais.

A Figura 1 apresenta a distribuição proporcional das categorias discursivas nos programas de governo de candidatos eleitos das forças de segurança e dos demais candidatos não eleitos para identificar o perfil discursivo interno a cada grupo.

FIGURA 1

Proporção de candidatos por categoria discursiva



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se olha a distribuição das categorias intragrupo, é possível identificar quais temas predominam e quais ficam em segundo plano. Nota-se que, entre os eleitos, a categoria mais frequente é *Preventiva-Participativa* (32%), seguida por *Guarda Municipal* e *Organizacional-Governança* (20%), com sub-representação em *Coercitiva-Operacional* (12%), *Proteção de Direitos*, *Logístico-Informacional* (8%).

Olhando para os dois grupos no que eles têm de semelhante, destaca-se a categoria *Organizacional-Governança* (20% entre eleitos e 24% entre os demais candidatos). Aqui, a semelhança é ela própria o dado interessante. Ela mostra que, no nível municipal, o discurso corporativo-institucional que integra a categoria *Organizacional-Governança* tende a não se concentrar nos candidatos das forças de segurança. A semelhança aponta para um compartilhamento desse enquadramento com o campo político mais amplo, o que leva à interpretação de que a demanda por estruturação e governança das instituições de segurança transcende a origem institucional dos candidatos, operando como um denominador comum da linguagem política municipal nesse domínio.

Outra distribuição relativamente semelhante é *Coercitiva-Operacional*. Diferentemente do caso anterior, o interessante aqui é que esse enquadramento é minoritário inclusive entre os eleitos. Isso tensiona, para o nível local, a associação direta entre origem institucional policial e repressão explícita (mais punitiva) predominante em candidaturas para pleitos estaduais e federais. Esse achado sugere que

a conversão de capital institucional em capital político não opera necessariamente pela exportação desse modelo de *ethos* repressivo para a arena eleitoral municipal. Nesse caso, surge uma hipótese para futuras pesquisas qualitativas, a de que há uma recodificação da repressão, aqui apresentada no registro do enquadramento *Participativa-Preventiva*, mas que funcionalmente estaria orientada a um controle social mais difuso, mais mediado.

A força do enquadramento *Guarda-Municipal* entre os eleitos (20% vs 8%) fornece suporte adicional à hipótese anterior. O acionamento de *Guarda Municipal* pode exercer o papel de substituto funcional ao discurso *Coercitiva-Operacional* no nível do município. Essa é uma categoria que permite empregar o discurso da repressão sem acionar uma linguagem mais explícita nos programas de governo dos candidatos das forças de segurança. Como aponta a literatura especializada, a Guarda Municipal tem passado por uma reorientação de sua missão de proteção do patrimônio público para atuação em questões criminais mais amplas, com ampliação da capacidade de uso da força, inclusive com emprego de arma de fogo (Vargas e Oliveira, 2010; Oliveira e Alencar, 2016; Souza, 2015).

A maior distância entre os grupos concentra-se em *Proteção de Direitos*, com grande desvantagem para os eleitos³ (8% vs 24%). Três interpretações são plausíveis aqui. A primeira remete ao uso do capital institucional de maneira seletiva: candidatos policiais constroem suas campanhas em torno de temas acerca dos quais detêm autoridade reconhecida, evitando o terreno dos direitos. A segunda é de ordem ideológica: a proteção de direitos tende a ser associada a enquadramentos progressistas de direitos humanos aplicados à segurança pública, de modo que a sub-representação do tema pode refletir tanto escolha estratégica quanto disposição ideológica. A terceira remete à demanda eleitoral: se o eleitorado que vota em candidatos policiais não prioriza direitos civis no campo da segurança, a sub-representação é eleitoralmente racional.

É importante destacar, porém, que essa leitura intragrupo não deve ser confundida com uma comparação entre grupos. Quando se examina se a distribuição das categorias difere sistematicamente entre eleitos e demais candidatos, isto é, se um grupo concentra seu discurso em dimensões que o outro negligencie, o teste qui-quadrado não encontra diferença estatisticamente significativa. Os dois grupos transitam pelas mesmas categorias temáticas em proporções globalmente semelhantes⁴.

Uma segunda forma de comparar os grupos examina a intensidade média com que cada uma das seis dimensões está presente no conjunto dos textos, medida pelos *scores*

3. Cujas maioria é de direita (ver no Anexo).

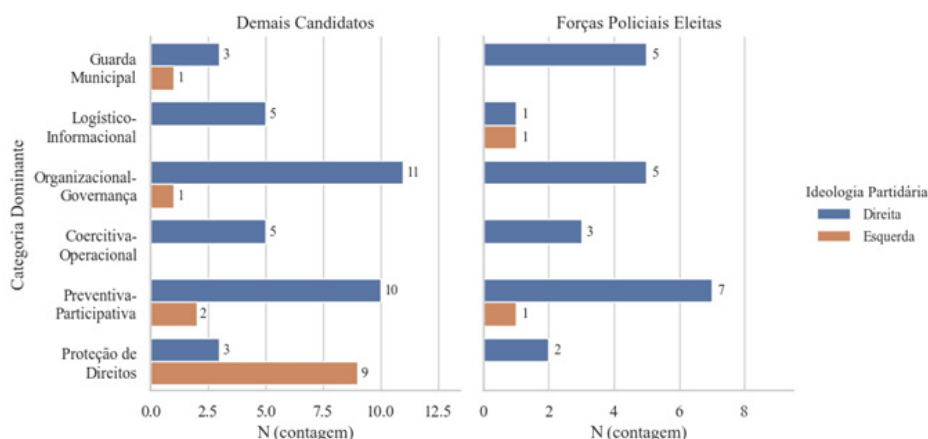
4. $\chi^2(1) = 4,94$; $p = 0,423$. O qui-quadrado compara as frequências observadas em cada célula da tabela cruzada (categoria $\times$ grupo) com as frequências esperadas sob a hipótese de independência, verificando se os desvios são maiores do que o acaso explicaria.

híbridos, ou seja, valores que combinam similaridade lexical e semântica calculados para cada parágrafo individualmente e depois agregados ao nível do candidato. Os dois grupos se aproximam, pois as diferenças são pequenas e compatíveis com variação aleatória⁵. O que distingue os grupos não é, portanto, a intensidade absoluta com que cada tema aparece nos textos, medida pelos *scores*, nem a distribuição conjunta das categorias entre os grupos, verificada no parágrafo anterior. O que os diferencia é a hierarquia que cada grupo estabelece entre os temas, ou seja, quais dimensões ocupam posição central e quais ficam em segundo plano, padrão que os percentuais da Figura 1 capturam.

A Figura 2 desagrega a análise anterior pela ideologia partidária, permitindo verificar se a convergência discursiva observada entre os grupos se mantém independentemente do alinhamento político ou se a ideologia introduz diferenciações internas a cada grupo.

FIGURA 2

Contagem de candidatos por categoria discursiva dominante e ideologia partidária



Fonte: Elaborado pelos autores.

No grupo dos candidatos oponentes não eleitos, o perfil discursivo varia conforme a ideologia partidária. Candidatos de direita concentram-se em *Organizacional-Governança* (11) e *Preventiva-Participativa* (10), enquanto os de esquerda têm sua presença mais expressiva em *Proteção de Direitos* (9)⁶. Há, portanto, duas gramáticas discursivas concorrentes no campo da segurança pública entre os não eleitos.

5. Comparações realizadas por meio do teste t de Welch com correção de FDR e confirmadas por testes não paramétricos (Mann-Whitney); todos os valores de p ajustados > .05, com tamanhos de efeito pequenos e intervalos de confiança sobrepostos em todos os casos.

6. Teste qui-quadrado: $p < .001$; Cramér's $V = .65$ – associação forte entre perfil discursivo e ideologia entre os candidatos oponentes não eleitos.

Entre as forças policiais eleitas, esse padrão não se reproduz⁷. Direita e esquerda distribuem-se pelas mesmas categorias, *Preventiva-Participativa* (7) e *Organizacional-Governança* (5) entre os de direita, sem concentração equivalente da esquerda em *Proteção de Direitos* (0). Esse resultado, contudo, deve ser lido com reserva, já que o número reduzido de eleitos de esquerda restringe o poder do teste, tornando a convergência discursiva um achado sugestivo, não conclusivo. Portanto, a identidade institucional de origem parece ser mais determinante do que o alinhamento ideológico na conformação do discurso eleitoral dos eleitos, o que traz um elemento interessante para a discussão sobre o *policialismo* no nível local.

Esse achado ganha mais força quando se examina, pelos mesmos *scores* híbridos, o efeito da ideologia dentro de cada grupo separadamente, a ideologia não organiza o discurso. Entre os eleitos, direita e esquerda convergem para os mesmos temas com intensidade semelhante. Entre os demais candidatos, o padrão se mantém, a direita tende a tratar com maior intensidade as dimensões *Logístico-Informacional* e *Coercitiva-Operacional*, enquanto a esquerda concentra ênfase em *Proteção de Direitos*⁸. A diferença em relação à análise anterior é que ali se comparavam os dois grupos entre si; aqui se examina se a ideologia produz diferenciação interna dentro de cada grupo

A próxima estratégia de observação consistiu em verificar de que forma as seis dimensões de capacidade estatal se combinam e se distribuem no espaço político⁹. O primeiro passo foi testar se formam algum agrupamento por similaridade sem usar previamente as categorias eleito/não eleito ou direita/esquerda. Dois grupos se estabeleceram: o primeiro (Cluster 0) apresenta médias mais elevadas em *Proteção de Direitos* e *Preventiva-Participativa*, com valores mais baixos em *Coercitiva-Operacional* e *Guarda Municipal*¹⁰. Esse perfil corresponde a uma gramática sociopreventiva e institucional, na qual a segurança pública é mobilizada nos programas de governo

7. Teste qui-quadrado: $p = .28$ – ausência de associação significativa entre perfil discursivo e ideologia entre as FP eleitas.
8. Anova two-way por indicador com correção FDR. Efeito de ideologia em *Logístico-Informacional*: $F = 7,93$, $p = .006$, $\eta^2 p \approx .10$; em *Coercitiva-Operacional*: $F = 6,83$, $p = .011$, $\eta^2 p \approx .09$; em *Proteção de Direitos*, restrito aos demais candidatos: $F = 15,96$, $p = .0002$. Entre os eleitos, ausência de variação por ideologia em todas as categorias (todos os $p > .60$).
9. Para essa análise, foi utilizado o algoritmo K-means, que agrupa os candidatos por similaridade de perfil discursivo testando diferentes números de grupos ($k=2, 3, 4...$). O índice de Silhouette determinou a solução mais adequada, medindo a qualidade da separação entre os grupos obtidos. O melhor valor foi obtido para dois grupos ($k=2$: 0,31), justificando a partição binária adotada. Os resultados são visualizados por Análise de Componentes Principais (PCA), que projeta os seis índices discursivos em um plano bidimensional (Figura 4).
10. Cluster 0: Proteção de Direitos (0,29), Prevenção-Participativa (0,26), Coercitiva-Operacional (0,17), Guarda Municipal (0,19).

como direito social e expressão da capacidade protetiva do Estado, articulando cidadania, prevenção e direitos humanos.

O segundo (Cluster 1) concentra *scores* mais altos em *Guarda Municipal*, *Logístico-Informacional*, *Organizacional-Governança* e *Coercitiva-Operacional*, com redução acentuada em *Proteção de Direitos*¹¹. Esse padrão compõe uma gramática tecnocrática e coercitiva, com ênfase na eficiência administrativa, na valorização das instituições de segurança e na lógica de controle e proteção policial contra criminalidade e violência urbana.

Acrescentando fatores à análise, buscou-se verificar se esses padrões discursivos mostram associação com as forças policiais. O resultado apontou que eles aparecem distribuídos entre os grupos, sem formar concentrações¹². Ou seja, o desenho da distribuição indica que não é um perfil discursivo radicalmente diferente o que distingue os eleitos dos demais candidatos, mas a hierarquia aplicada aos temas.

Quando se cruzam os perfis discursivos com a ideologia, o padrão muda. O perfil centrado em *Guarda Municipal*, *Coercitiva-Operacional* e *Organizacional-Governança* (Cluster 1) concentra predominantemente candidatos de direita; o perfil centrado em *Proteção de Direitos* apresenta composição mais diversa, com maior presença da esquerda¹³. É importante ressaltar que essa conclusão opera no nível do campo discursivo como um todo, sem desagregar por grupos. Quando todos os candidatos são analisados conjuntamente, a ideologia emerge como principal eixo estruturante, ela organiza o espaço discursivo da segurança pública de forma mais nítida do que a origem institucional. Essa conclusão é complementar, não contraditória, às análises anteriores, cada método ilumina uma dimensão distinta do mesmo fenômeno.

A Figura 3 representa graficamente esses padrões, permitindo visualizar simultaneamente a posição dos candidatos, os clusters e a direção das categorias discursivas no espaço¹⁴.

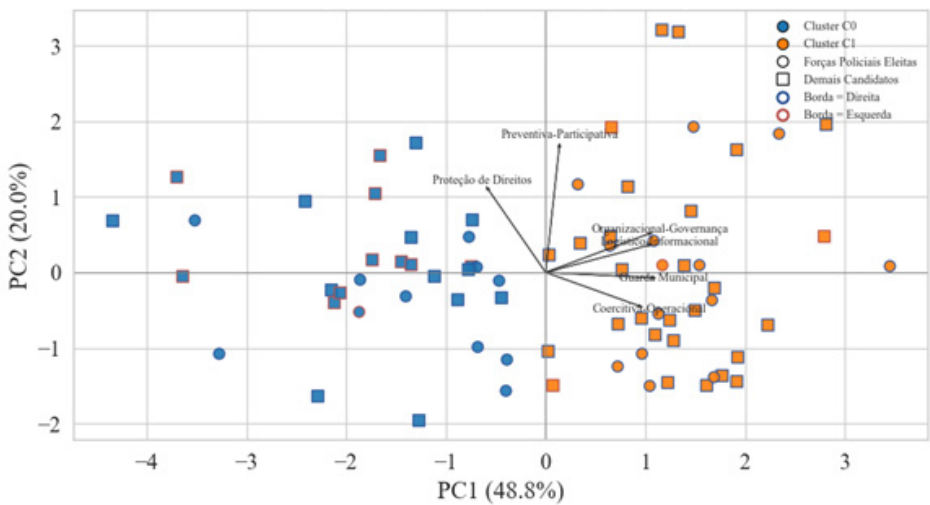
11. Cluster 1: Guarda Municipal (0,33), Logístico-Informacional (0,33), Organizacional-Governança (0,35), Coercitiva-Operacional (0,30), Proteção de Direitos (0,20).

12. 0,00, $p > 0,05$, $V = 0,000$.

13. $\chi^2(1) = 5,14$, $p < 0,05$, Cramér's $V = 0,26$.

14. A PCA reduz as seis dimensões discursivas a componentes que sintetizam a maior parte da variação dos dados. O primeiro componente (PC1) captura a oposição principal entre os perfis discursivos, explicando 48,8% da variância total; o segundo (PC2) captura uma segunda dimensão de variação independente da primeira, explicando 20,0%. Juntos, os dois componentes retêm 68,8% da informação original, permitindo visualizar em plano bidimensional a estrutura que organiza os discursos.

FIGURA 3
Distribuição dos candidatos no espaço discursivo da segurança pública municipal



Fonte: Elaborado pelos autores.

A separação entre direita e esquerda é visualmente mais nítida do que entre eleitos e demais candidatos. As categorias *Proteção de Direitos* e *Preventiva-Participativa* orientam-se para a esquerda do plano; *Guarda Municipal*, *Coercitiva-Operacional* e *Organizacional-Governança* orientam-se para a direita. Eleitos aparecem dispersos, sem concentração num polo específico.

Apresentação de trechos programáticos

O traço distintivo das propostas dos candidatos eleitos é a centralidade conferida aos temas de prevenção e engajamento comunitário, à GM e aos arranjos governamentais, a sub-representação de estratégias mais coercitivas, de proteção de direitos e de uso de tecnologias para informar estratégias para a política pública.

O tenente-coronel da PM Fábio Marinho dos Santos (PL, Teófilo Otoni/MG) foca em prevenção.

Implementação do Conselho Municipal de Segurança Pública garantindo a participação social na discussão e proposição das ações na segurança pública. [...] Criação do Programa Municipal de Resistência às Drogas e à Violência, a ser realizado nas escolas municipais como forma de evitar o envolvimento de crianças e adolescentes como usuários ou nas atividades de comércio de drogas ilícitas.

Glêdson Lima Bezerra (Podemos, Juazeiro do Norte/CE), inspetor da PC, reeleito, basicamente lista os feitos do seu mandato anterior em relação à GM:

[...] Mudança da sede da GCM, que anteriormente funcionava em condições insalubres [...] Assistência psicossocial e práticas integrativas como ioga e ventosa-terapia [...] Criação de um piso salarial para a categoria [...].

André George Neres de Farias (MDB, Embu-Guaçu, SP), “Sargento Neres”, da PM, coloca a GM no mesmo patamar das polícias estaduais em estratégias ostensivas, como Atividade Delegada¹⁵ e patrulhamento para proteger propriedades privadas. Seu programa também exemplifica *Organizacional-Governança*, com coordenação governamental entre município e governo estadual.

Viabilizar, junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública Nacional, liberação de verbas para implantação do Sistema de monitoramento por câmeras [...] com o objetivo de proporcionar mais segurança aos munícipes, com a participação das forças de segurança (Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil); Implantação da operação Atividade Delegada [...] trazendo, assim, o aumento do policiamento na cidade; reforçar o patrulhamento rural da GCM, com a finalidade de coibir o cometimento de delitos nas propriedades rurais.

Rodolfo Tadeu da Silva, “Sargento Rodolfo”, da PM (União, Sabará/MG), utiliza a legitimidade científica para defender estratégias multissetoriais de proteção de direitos. Por outro lado, não apresenta práticas comuns a esses documentos.

A construção de uma sociedade mais segura e pacífica passa pela atenção que o gestor público deve dedicar às questões de saúde, educação, bem-estar, trabalho, transporte, moradia e saneamento básico. Inúmeros estudos apontam que, quando bem prestados esses serviços, as taxas de violência e criminalidade apresentam uma queda substancial. Nesse sentido, nosso plano para Sabará inclui medidas práticas e efetivas que pretendemos adotar para alcançar resultados consistentes em médio e longo prazos.

Representando o enquadramento coercitivo, o programa do militar reformado, “Coronel Laércio”, Laercio dos Reis Gomes (PL, Formiga/MG), instrumentalizou sua patente para demonstrar acesso direto aos “escalões superiores” das polícias estaduais.

15. Convênio entre a Prefeitura e o Governo de São Paulo que permite que policiais façam “bicos” fardados e armados, reforçando o policiamento, principalmente no combate ao comércio ambulante ilegal e na fiscalização de posturas municipais. (Operação Delegada, 2025).

Implementar gestões junto aos escalões superiores das Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Penal, [...] no sentido incrementar o efetivo destas Corporações, e, conseqüentemente, propiciar maior presença policial nas ruas, o aumento do número de operações policiais e maior capacidade de resposta [...].

O programa da coronel da PM Adriana Duch Machado (MDB, Itapeva, SP), “Coronel Duch”, elenca usos de dados estratégicos coletados por tecnologias avançadas para racionalizar políticas repressivas e preventivas.

[...] utilizando tecnologias avançadas com uso de câmeras de monitoramento e integração de informações [...]: monitoramento de pontos sensíveis (entrada e saída da cidade), reconhecimento de placas, análise em tempo real e captação de informações diversas.

Seu programa se destaca por explicar as atribuições legais dos municípios na área de segurança e a ampliação das funções das GMs em um contexto de aumento da criminalidade.

Considerações finais

Este artigo analisou comparativamente os programas de governo de prefeitos eleitos oriundos das forças de segurança do Estado e seus oponentes civis não eleitos nas eleições municipais de 2024. A análise de 74 candidaturas, combinando modelagem computacional de tópicos e validação qualitativa, identificou padrões discursivos que diferenciam os dois grupos. Lidos em conjunto, esses padrões permitem observar o *policialismo* municipal como um caso de conversão de capital institucional em capital político.

O principal achado é que eleitos e não eleitos não se distinguem pela presença ou ausência de categorias temáticas, tampouco pela intensidade dos temas. Ambos transitam pelas mesmas seis dimensões de capacidade estatal em segurança pública em proporções globalmente semelhantes. O que os diferencia é a hierarquia estabelecida entre os temas: eleitos concentram discurso em *Guarda Municipal* e *Preventiva-Participativa*, com sub-representação em *Proteção de Direitos*; não eleitos distribuem-se de forma mais equilibrada, com presença três vezes maior nesta última categoria. Essa diferença hierárquica sugere que a conversão de capital não opera pela introdução de conteúdos novos no discurso, mas pela capacidade de reordenar as prioridades programáticas em torno daquilo que a origem institucional autoriza.

A ideologia modula o discurso apenas entre não eleitos, sendo que direita e esquerda apresentam perfis distintos. Entre eleitos, essa clivagem desaparece, com direita e

esquerda convergindo para as mesmas categorias. A identidade institucional predomina sobre o alinhamento ideológico na conformação do discurso dos candidatos vitoriosos sobre segurança pública. Trata-se de um indicador da potência do capital institucional acumulado nas corporações de origem, cuja força possibilita que ele funcione como ativo transpartidário, conversível em diferentes moedas ideológicas, e suficientemente robusto para neutralizar a variável que, entre os demais candidatos, organiza as diferenças programáticas.

Esses resultados sugerem que, no nível municipal, a gramática do *policialismo* sofre adaptação. A dimensão explicitamente punitiva não predomina entre eleitos. O que distingue os programas vitoriosos é a ênfase na estrutura institucional, equipamentos, efetivo, valorização corporativa, indicando uma recodificação do repertório. Neste caso, o controle social opera de forma mais difusa, mediado pela valorização da Guarda Municipal e estratégias de prevenção e participação comunitária. O conteúdo específico da conversão não é: “sou policial, logo sou duro com o crime”; o domínio da gramática institucional, saber falar sobre estrutura, gestão e operação, é o que confere credibilidade e distingue os candidatos vitoriosos de seus oponentes, inclusive daqueles ideologicamente alinhados. Candidatos não eleitos de direita, embora compartilhem a mesma matriz ideológica dos eleitos, carecem da densidade propositiva nas categorias institucionais que caracteriza os programas vencedores.

O estudo é um exemplo de como essa reconversão da trajetória profissional dos agentes de segurança se conecta com o fenômeno do *policialismo*.

Pesquisas futuras podem verificar se a hierarquização discursiva se reproduz na atuação governamental efetiva, investigar como o enquadramento *Preventivo-Participativo* opera concretamente entre os eleitos das forças de segurança e, sobretudo, examinar se a lógica de conversão de capital institucional observada no nível municipal se manifesta com a mesma intensidade em outros níveis da competição eleitoral brasileira.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. G. (2024), “Policiais eleitos, o que está por trás e quais os riscos para a política?”. *UOL*, <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/10/14/856-policiais-eleitos-o-que-esta-por-tras-e-quais-os-riscos-para-a-politica.htm>, consultado em 16/05/2025.
- ARAÚJO, Judison Henrique Lopes (PSB, Umirim/CE). (2024), Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral, TSE*.

- BERLATTO, F. *et al.* (2016), “Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados”. *Rev. Bras. Ciênc. Polít*, 21.
- BEZERRA, Glêdson Lima (Podemos, Juazeiro do Norte/CE). (2024), Discurso/Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral*, TSE.
- BOLOGNESI, B. *et al.* (2023), “Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros”. *Dados*, 66 (2), e20210164. DOI: 10.1590/dados.2023.66.2.303.
- BREDA, T. (2025), “Fighting crime and preserving democracy in Latin America”. In: KATSIKAS, D. *et al.* (eds.). *Finance, growth and democracy: connections and challenges in Europe and Latin America in the era of permacrisis*. Cham, Springer, pp. 51-63.
- CANO, I. (2011), *Política e polícia: A atuação das corporações policiais no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- COSTA, Luciano Pereira da (PDT, Santa Rita do Tocantins/TO). (2024), Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral*, TSE.
- DAVID, E. G. de *et al.* (2023), “Militares, partidos e eleições: uma análise dos pleitos brasileiros de 2018, 2020 e 2022”. *Conexão Política*, 12 (1): 38-72.
- FAGANELLO, M. (2015), “Bancada da bala: uma onda na maré conservadora”. In: VELASCO e CRUZ, S. *et al.* (orgs.). *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 145-162.
- FARIAS, André George Neres de (MDB, Embu-Guaçu/SP). (2024), Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral*, TSE.
- GOMES, Laercio dos Reis (PL, Formiga/MG). (2024), Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral*, TSE.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. (2024), *Eleições 2024: panorama das candidaturas das forças de segurança*. São Paulo, Instituto Sou da Paz.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. (2021), *Policialismo: novo fenômeno político brasileiro?*. São Paulo, Instituto Sou da Paz.
- LIMA, R. S. & SINHORETTO, J. (2020), *Segurança pública e violência: O papel das instituições policiais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Editora Unesp.
- LUNA, Joaquim Silva e. (PL, Foz do Iguaçu/PR) (2024), Discurso/Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral*, TSE.
- MACHADO, Adriana Duch (MDB, Itapeva/SP). (2024), Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral*, TSE.
- MIRANDA, J. V. S. (2019), *Composição e atuação da “bancada da bala” na Câmara dos Deputados (2011-2018)*. Curitiba, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- MIZOGUCHI, B. T. (2017), “Interesses corporativos e captura institucional: a política das polícias no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32 (93): 1-19.
- MOREIRA, Ronald de Cássio Daibes (União Brasil, Aperibé/RJ). (2024), Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral*, TSE.

- NOVAES, L. (2023), “The violence of law-and-order politics: the case of law enforcement candidates in Brazil”. *American Political Science Review*, 118 (1): 1-20. DOI: 10.1017/S0003055423000540
- NOVELLO, R. C. (2018), *Bancada da bala: discursos e práticas sobre punição, crime e insegurança na Assembleia Legislativa de São Paulo*. São Carlos, Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos.
- NOVELLO, R. H. & ALVAREZ, M. C. (2022), “Da ‘bancada da segurança’ à ‘bancada da bala’: Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 15 (4): 901-924.
- OLIVEIRA JUNIOR, A. de & ALENCAR, J. L. O. (2016), “Novas polícias? Guardas municipais, isomorfismo institucional e participação no campo da segurança pública”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10 (2): 24-34.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO (2025), “Operação Delegada”. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/seguranca_urbana/operacao_delegada#:~:text=A%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Delegada%20%C3%A9%20realizada,irregulares%20nas%20ruas%20da%20capital., consultado em 09/03/2026.
- SANTOS, Fábio Marinho de (PL, Teófilo Otoni/MG) (2024), Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral, TSE*.
- SANTOS, V. O. A. (2024), “Mais bala pela vida”: o discurso punitivo da bancada da bala sobre o controle do crime e a resolução dos problemas criminais no Brasil. São Paulo, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, E. R. & ALMEIDA, J. C. de. (2021), “A bancada da bala em dois tempos: análise comparada de trajetórias sociopolíticas de policiais parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo”. *Revista Brasileira de Sociologia*, 9 (22): 174-201.
- SILVA, Rodolfo Tadeu da (União, Sabará/MG). (2024), Programa de governo. *Repositório público do Tribunal Superior Eleitoral, TSE*.
- SOUZA, L. A. F. de. (2015), Dispositivo militarizado da segurança pública: tendências recentes e problemas no Brasil”. *Sociedade e Estado*, 30 (1): 207-223.
- TURNER, J. R. (2024), “The people’s captain: understanding police officers as an electoral brand”. *Political Research Quarterly*, 77 (3), DOI: 10.1177/10659129241253204.
- UANG, R. S. (2013), “Campaigning on public security in Latin America: obstacles to success”. *Latin American Politics and Society*, 55 (2): 26-51. DOI: doi:10.1111/j.1548-2456.2013.00192.x
- UCHOA, A. (2023), “A captura simbólica das polícias brasileiras pelos discursos religioso-conservadores e de extrema-direita: riscos para a democracia”. *Fonte Segura: Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/a-captura-simbolica-das-policias-brasileiras-pelos-discursos-religiosos%E2%80%91conservadores-e-de-extrema%E2%80%91direita-riscos-para-a-democracia/>, consultado em 19/05/2025.

VARGAS, J. D. & OLIVEIRA JÚNIOR, A. (2010), “As guardas municipais no Brasil: um modelo de análise”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 3 (7): 85-108.

Resumo

Policialismo e eleições municipais de 2024

Este artigo compara programas de governo de prefeitos eleitos oriundos das forças de segurança com os de oponentes civis não eleitos nas eleições municipais de 2024. A análise de 74 candidaturas, combinando modelagem de tópicos (BERTopic) e validação qualitativa, identificou seis enquadramentos discursivos. Os resultados mostram que o que diferencia os grupos é a hierarquia que cada um estabelece entre os enquadramentos: eleitos concentram discurso em *Preventiva-Participativa*, *Organizacional-Governança* e *Guarda Municipal* com sub-representação em *Proteção de Direito*; os não eleitos enfatizam *Proteção de Direitos*. A ideologia modula o discurso apenas entre não eleitos. Entre eleitos, o capital institucional opera como ativo transpartidário, conversível em diferentes moedas ideológicas, neutralizando a clivagem esquerda-direita.

Palavras-chave: *Policialismo*; Programas de governo; Eleições municipais; Segurança pública.

Abstract

Policialism and Brazil's 2024 local elections

This article compares government programs of elected mayors from security forces with those of non-elected opponents in Brazil's 2024 municipal elections. Analysis of 74 candidacies, combining topic modeling (BERTopic) and qualitative validation, identifies systematic discursive patterns. Results show that both groups address the same thematic categories but establish distinct hierarchies: elected candidates concentrate discourse on Municipal Guard and police structure; non-elected emphasize rights protection. Ideology modulates discourse only among non-elected. The electoral success of policialism stems from converting institutional credentials into political capital.

Keywords: *Policialismo*; Government programs; Municipal elections; Public security.

FABIA BERLATTO é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, UFPR. É pesquisadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB-FGV), do INCT Representação e Legitimidade Democrática | ReDem (UFPR) e do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR). E-mail: fabiaberlatto@gmail.com.

NILTON Sainz é pesquisador de pós-doutorado no INCT Representação e Legitimidade Democrática | ReDem (UFPR) e doutor em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, UFPR. Também é pesquisador do Observatório das Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR). E-mail: sainznilton@gmail.com.

GABRIELA SPANGHERO LOTTA é professora de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas, FGV/Eaesp, onde coordena o Mestrado e Doutorado na área. É doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, USP. Coordena o Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB), é pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-USP) e do Cluster Politics of Inequalities (Universidade de Konstanz), além de docente da Enap. E-mail: gabriela.lotta@fgv.br.

Todos os autores participaram ativamente da discussão, da revisão e da aprovação da versão final do texto.
Declaração de disponibilidade de dados: Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório: Harvard Dataverse. DOI: 10.7910/DVN/O8RK3G.

Anexo

Informações dos prefeitos eleitos oriundos das forças de segurança do Estado e de seus oponentes civis não eleitos

QUADRO 1
Prefeitos eleitos oriundos das forças de segurança do Estado

ELEITO	MUNICÍPIO	UF	PARTIDO	IDEOLOGIA*	HABIT.
Glêdson Lima Bezerra	Juazeiro do Norte	CE	Pode	Direita	305.531
Joaquim Silva e Luna	Foz do Iguaçu	PR	PL	Direita	297.352
Sandro Lucio Fonseca	Governador Valadares	MG	PL	Direita	257.171
Fábio Marinho dos Santos	Teófilo Otoni	MG	PL	Direita	137.418
Rodolfo Tadeu da Silva	Sabará	MG	Republicanos	Direita	129.380
Adriana Duch Machado	Itapeva	SP	MDB	Direita	89.780
Laercio dos Reis Gomes	Formiga	MG	PL	Direita	68.248
André George Neres de Farias	Embu-Guaçu	SP	MDB	Direita	66.970
Marcos Abrahão	Rio Bonito	RJ	União	Direita	59.127
Dirceu Moraes	Pitanga	PR	MDB	Direita	33.567
Fabio de Oliveira Costa	Iguaba Grande	RJ	Cidadania	Direita	28.837
Cleverson Alves dos Santos	Costa Rica	MS	PP	Direita	26.037
Jose Maria Mendes Leite	Pindoretama	CE	PSB	Esquerda	23.391
Edson Siqueira da Fonseca	Terra Santa	PA	Republicanos	Direita	19.792
Rhenys da Silva Cambraia	Presidente Olegário	MG	Republicanos	Direita	18.765
Francisco Rufino de Souza	Mucajá	RR	Republicanos	Direita	20.006
Alvimar Adriano Alves	Rio Paranaíba	MG	PL	Direita	15.298
Jair Luiz	Alvorada d'Oeste	RO	União	Direita	13.117
Ronald de Cássio Daibes Moreira	Aperibé	RJ	União	Direita	11.034
Braz Rodrigues	Rincão	SP	PL	Direita	9.101
Jose Rafael Vezzan	Monte Alegre do Sul	SP	Republicanos	Direita	8.923
Wilian José de Oliveira Meana	Águas de Santa Bárbara	SP	União	Direita	7.460
Murilo Jorge Vaz Silva	Pedro Gomes	MS	PL	Direita	6.941
Elber de Oliveira Silva	Cabeceira Grande	MG	PSDB	Direita	6.627

ELEITO	MUNICÍPIO	UF	PARTIDO	IDEOLOGIA*	HABIT.
Marcos Antonio de Andrade Mateus	São João da Fronteira	PI	MDB	Direita	5.615
Antônio Ronato de Melo	Ritópolis	MG	PRD	Direita	4.994
Marcos dos Santos Domingos	Iporanga	SP	União	Direita	4.046
Luciano Pereira da Costa	Santa Rita do Tocantins	TO	PDT	Esquerda	2.219
Sadi Tolfo	Silveira Martins	RS	MDB	Direita	2.028
Nereu Fontes da Luz	Oliveira de Fátima	TO	PP	Direita	1.164

*Conforme Bolognesi *et al.*, 2023.

Fonte: Formulado pelos autores a partir do repositório do TSE e Censo IBGE (2022, 2024 e 2025).

TABELA 1
Raça/etnia dos eleitos e não eleitos

RAÇA/ETNIA	ELEITOS N (%)	NÃO ELEITOS N (%)
Branços	21 (68)	45 (63)
Negros	10 (32)	23 (33)
Amarelos/indígenas	–	3 (4)
Total	31 (100)	71 (100)

Fonte: Formulado pelos autores a partir do repositório do TSE.

TABELA 2
Gênero dos eleitos e não eleitos

GÊNERO	ELEITOS N (%)	NÃO ELEITOS N (%)
Homens	30 (97)	55 (78)
Mulheres	1 (3)	16 (22)
Total	31 (100)	71 (100)

Fonte: Formulado pelos autores.

TABELA 3
Eleitos por origem institucional e raça/cor

ORIGEM INSTITUCIONAL	N	BRANCOS N (%)	NEGROS* N (%)
Policiais militares	18	12 (67)	6 (33)
Militares reformados	8	6 (75)	2 (25)
Policiais civis	5	3 (60)	2 (40)
Total	31	21 (53)	10 (47)

* “Negros” agrega pardos e pretos; entre os eleitos não há amarelos/indígenas.
Fonte: Formulado pelos autores a partir do repositório do TSE.

TABELA 4
Ocupações mais frequentes entre não eleitos

Ocupação	N	%
Distintas	47	66
Empresário	14	20
Advogado	5	7
Agricultor	5	7
Total	71	100

Fonte: Formulado pelos autores a partir do repositório do TSE.

TABELA 5
Escolaridade dos eleitos e não eleitos

ESCOLARIDADE	ELEITOS N (%)	NÃO ELEITOS N (%)
Superior completo	23 (74)	45 (63)
Superior incompleto	-	2 (3)
Médio completo	8 (26)	16 (23)
Médio incompleto	-	2 (3)
Fundamental completo	-	2 (4)
Fundamental incompleto	-	3 (4)
Total	31 (100)	71 (100)

Fonte: Formulado pelos autores a partir do repositório do TSE.

TABELA 6

*Eleitos por porte do município**

PORTE DO MUNICÍPIO	N	%
Grande porte	5	16
Médio porte	4	13
Pequeno porte	22	71
Total	31	100

* Pequeno porte, até 50 mil, médio porte entre 50.001 e 100 mil e grande, acima de 100 mil.

Fonte: Formulado pelos autores a partir dos dados do Censo do IBGE.

TABELA 7

Eleitos por macrorregião

REGIÃO	N	%
Sudeste	17	55
Sul	3	10
Nordeste	4	13
Centro-Oeste	2	6
Norte	5	16
Total	31	100

Fonte: Formulado pelos autores a partir do repositório do TSE.

QUADRO 2

Especificação das seis categorias discursivas

Nº	CATEGORIA	FOCO (CAPACIDADE ESTATAL)	EXEMPLOS DE TERMOS/AGRUPAMENTOS*
1	Guarda Municipal	Força de segurança local	implantação da GCM, plano de carreira, sede própria
2	Capacidade Logística- -Informacional	Meios materiais e sistemas, inteligência e gestão de dados	viaturas, armas, câmeras, videomonitoramento, IA, georreferenciamento, frota, suporte técnico, análise de dados criminais, central de comunicações
3	Capacidade Organizacional e Governança	Arranjos formais e coordenação	secretaria de segurança, centros integrados, convênios, Pronasci, Senasp, Plano Municipal de Segurança Pública
4	Capacidade Coercitiva- -Operacional	Uso legítimo da força	patrulhamento, blitz, operações, pelotão rural, presença ostensiva
5	Capacidade Preventiva- -Participativa	Prevenção social e engajamento comunitário	Proerd, esportes/lazer, revitalização de praças, iluminação pública, mediação de conflitos, participação cidadã, conselhos comunitários de segurança, vizinhança solidária, aplicativos de denúncia
6	Proteção de Direitos	Salvaguarda de grupos de risco	Patrulha Maria da Penha, delegacia da mulher, campanhas contra violência de gênero/LGBTfobia, assistência a vítimas

*Os exemplos não são exaustivos; servem de guia para a *regex* de mapeamento.